



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA N.º 02/26, DE 29 DE JANEIRO DE 2026

PARTICIPANTES:

Sr. Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sra. Dra. Susana Margarida Macedo Mendes

Sr. Eng.º David Miguel Sousa Fernandes Correia Pinto

Sr. Dr. Carlos Manuel Maceira de Campos

Sra. Vereadora Dra. Tânia Margarida Santos Fonseca Completo

Sra. Vereadora, Dra. Alexandra Paula Pereira Cardoso de Moura

Sra. Vereadora, Dr. Paulo Jorge Dinis Eliseu

Pelas quinze horas e um minuto, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel da Silva Cruz, deu início à reunião, com o Período anterior ao do “Período de Antes da Ordem do Dia”, em cumprimento do artigo 49.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, endossando os habituais cumprimentos aos elementos do Executivo, quer em regime de permanência, como de não permanência, a todos os Municípes que acompanham a transmissão online, aos funcionários do secretariado das reuniões de Câmara e aqueles que asseguram toda a estrutura técnica.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo público inscrito para intervir, o Senhor Presidente passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes de iniciar a sua intervenção, deu nota da ausência do Senhor Vice-presidente Dr. António Oliveira, por motivos de índole pessoal, tendo os serviços procedido à sua substituição nos termos do artigo 78.º, n.º 1, conjugado com o artigo 79.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua atual redação.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção abordando o impacto da Depressão “Cristine”. Endereçou uma palavra de apreço e solidariedade a todos os afetados pela intempérie e informou que foram dadas instruções às Juntas de Freguesia para procederem ao levantamento dos prejuízos, tendo ainda sido efetuadas diligências junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses para solicitar apoios governamentais. Salientou a monitorização permanente e a prontidão das equipas municipais, dos agentes de Proteção Civil, das corporações de bombeiros e das Juntas de Freguesia, que se mantêm no terreno a resolver os constrangimentos causados pela intempérie, nomeadamente quedas de árvores e pequenas derrocadas. Deu ainda nota de que se encontravam a ser resolvidas as últimas falhas de energia em articulação com a E-Redes.

No âmbito dos investimentos em infraestruturas, informou sobre a conclusão da intervenção de modernização da ETAR de Tábua, promovida pela AINTAR, um investimento que considerou estrutural para a eficiência do sistema e para a proteção do ambiente. Deu ainda conhecimento da extensão das redes de saneamento e de abastecimento de água em Fundo de Vila, Paúl e Coito, em parceria com a AINTAR e as Águas do Planalto. Informou também sobre a conclusão dos trabalhos de base do novo parque de estacionamento na vila de Tábua, que aguarda agora pavimentação.

Fez um balanço da sua presença na FITUR, em Madrid, onde participou em representação do Município e enquanto Vice-Presidente da CIM Região de Coimbra. Destacou a apresentação dos projetos “Tábua de Queijos e Sabores da Beira” e “Bike Adventure Tábua”, bem como a importante reunião mantida com o Conselho Superior de Investigações Científicas de Espanha, com vista ao estabelecimento de um protocolo para o estudo e valorização do património arqueológico do concelho.

No domínio do Ambiente, deu nota do arranque do projeto-piloto de recolha de biorresíduos porta-a-porta, que abrangerá, numa primeira fase, cerca de 30 entidades, incluindo restaurantes e as cantinas escolares. Salientou que esta medida, enquadrada na estratégia da AMRPB, é fundamental para a economia circular e para a redução da quantidade de resíduos depositados em aterro.

Prestou um ponto de situação sobre a área da Saúde, informando que o serviço de oftalmologia se encontra em pleno funcionamento, que o equipamento de Raio-X já está em



CÂMARA MUNICIPAL

rede com os hospitais centrais e que, com a contratação de mais uma médica de família, o quadro clínico do Centro de Saúde ficará completo, estando já acautelada a substituição das médicas em licença de maternidade. Informou também sobre a abertura, no dia 28 de janeiro, das novas instalações do serviço da Segurança Social, na Avenida de Coimbra, que oferecem melhores condições a funcionários e utentes, enquanto se aguarda a recuperação do edifício-sede. Deu ainda conhecimento dos números do serviço médico-veterinário, que desde 2018 já realizou mais de 1.700 intervenções.

Informou que as obras de remodelação do Balcão Único, nos Paços do Concelho, se encontram em fase de conclusão, prevendo-se a sua abertura ao público para breve.

A terminar a sua intervenção, informou da necessidade de alterar a data da Reunião de Câmara Pública de fevereiro, propondo a sua antecipação do dia 25 para o dia 23, de modo a compatibilizá-la com o calendário da Assembleia Municipal.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. SUSANA MENDES

A Senhora Vereadora iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos a todos os presentes e aos munícipes que acompanhavam a transmissão.

Deu nota da realização, no dia 18 de janeiro, de mais uma edição do "Vamos Brincar", desta vez no Mercado Municipal, que reuniu um elevado número de crianças e famílias. Salientou que esta iniciativa, para além de promover o brincar, visa dar a conhecer os espaços públicos do concelho, anunciando que futuras edições irão percorrer as freguesias.

Informou ter estado presente na cerimónia de assinatura do Pacto para a Economia Circular no Centro, um ato que reforça o compromisso do Município com a sustentabilidade. A este propósito, deu conhecimento da apresentação do novo serviço de recolha seletiva de biorresíduos, que decorreu na Escola Secundária de Tábua, no dia 27 de janeiro, uma iniciativa conjunta com a AMRPB. Explicou que o projeto-piloto abrangerá, numa primeira fase, as cantinas escolares, restaurantes e IPSS do concelho.

Deu ainda nota da sua presença na Biblioteca Municipal João Brandão, na apresentação do livro "As Plantas na Obra Poética de Camões", do Professor Doutor Jorge Paiva, que considerou um privilégio.



CÂMARA MUNICIPAL

No âmbito da Educação, informou sobre a apresentação de uma peça de teatro em inglês para os alunos do 2.º ciclo, um investimento totalmente assegurado pelo Município. Deu ainda conhecimento da sua participação como júri na fase escolar do Concurso Intermunicipal de Leitura.

A terminar, associou-se às palavras do Senhor Presidente, destacando a resposta célere e coordenada de todos os agentes de proteção civil e serviços municipais durante a passagem da Depressão "Cristine". Salientou a articulação com os estabelecimentos de ensino e com a empresa de transportes, que permitiu garantir a verificação das condições de segurança e a manutenção dos serviços essenciais.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, ENG.º DAVID PINTO

O Senhor Vereador iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos a todos e associando-se às palavras de apreço e reconhecimento a todos os que estiveram no terreno durante a passagem da tempestade.

Fez um balanço positivo da presença do Município na FITUR, em Madrid, onde, no stand da CIM Região de Coimbra, foi promovida a marca "Tábua Encanta as Beiras". Informou que foram apresentados produtos turísticos como a rede de percursos pedestres, destacando as quase 95.000 passagens registadas no Trilho dos Gaios desde a sua inauguração, e o novo projeto "Bike Adventure Tábua", com a divulgação do seu vídeo promocional. Anunciou que foi também apresentada a edição de 2026 da "Tábua de Queijos e Sabores da Beira". A propósito da deslocação a Madrid, referiu a reunião mantida com o Conselho Superior de Investigações Científicas de Espanha, com o qual se encontra a ser preparada uma parceria para o estudo e valorização da presença romana no território.

Anunciou o ciclo "Caminhadas no Encanto das Beiras", que irá promover quatro novas caminhadas guiadas em 2026. Informou que, devido às condições meteorológicas, os percursos pedestres se encontram temporariamente interditos, sendo a sua situação monitorizada pela Proteção Civil, e que foram tomadas medidas preventivas na Praia Fluvial da Ronqueira para minimizar eventuais danos causados pela subida do caudal do Rio Alva. Divulgou ainda a abertura das inscrições para o concurso "Embaixadora do Território Vinhateiro de Tábua", a realizar no âmbito da Tábua de Queijos.



CÂMARA MUNICIPAL

Deu nota da sua presença no seminário "Sim à Igualdade, Não à Violência", organizado pela ADIBER, a quem parabenizou pela continuidade do Gabinete Intermunicipal de Apoio à Vítima (GIAV), cujo financiamento foi recentemente garantido por mais 18 meses.

No âmbito do Desporto, destacou os excelentes resultados obtidos pela equipa de competição da Escola Municipal de Atividades Aquáticas, que se encontra em segundo lugar no circuito regional.

Informou sobre a cerimónia de entrega dos prémios do sorteio "Vales de Natal", uma iniciativa que contou com a adesão de cerca de 60 comerciantes e que promove a economia circular no concelho.

Deu ainda conhecimento da realização, no Pavilhão Multiusos, do convívio anual da empresa Branco Viagens, que trouxe 750 pessoas a Tábua, e da sua presença na montaria da Associação de Caçadores de Espariz e Sinde e no jantar convívio da Liga Regional Coitense.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. CARLOS CAMPOS

O Senhor Vereador iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos a todos. Deu nota da sua participação na reunião do Conselho Local de Ação Social e manifestou a sua solidariedade para com todos os afetados pela Depressão "Cristine", reiterando o reconhecimento pelo esforço de todas as entidades e serviços que estiveram no terreno a garantir a normalidade possível.

No âmbito do seu pelouro, informou sobre o interesse do Município em aderir ao projeto "C-REST, Coimbra Rumo à Transição Energética Sustentável", integrado no programa europeu ELENA. Explicou que esta adesão permitirá apresentar candidaturas para a implementação de medidas de eficiência energética em três edifícios municipais: a Biblioteca Pública, o Mercado Municipal e o Terminal Rodoviário.

De seguida, prestou um conjunto de informações de carácter público sobre apoios e legislação na área da energia. Deu conhecimento da abertura de avisos do COMPETE 2030 para apoiar as empresas na transição climática e energética, e de um concurso do Centro 2030 para o investimento empresarial no setor do espaço e digitalização. Informou os munícipes que, a partir de 1 de janeiro de 2026, é possível alterar a tarifa de eletricidade a qualquer momento, sem o período de fidelização de 12 meses anteriormente exigido. Divulgou ainda a publicação da Portaria n.º 442A/2025, de 12 de dezembro, um instrumento



CÂMARA MUNICIPAL

financeiro do PRR destinado a apoiar medidas de eficiência energética no setor residencial, e informou que se encontram abertas as candidaturas à segunda fase do programa "Vale Eficiência" e aos apoios para aquisição de veículos elétricos.

Anunciou as datas comemorativas do Dia Mundial da Energia (14 de fevereiro) e da Hora do Planeta (26 de março), informando que o Município irá desenvolver ações de sensibilização no âmbito das mesmas.

A terminar, deu nota de que estão a ser desenvolvidas diligências para apetrechar devidamente o polo do Centro de Formação para a Transição Energética, de modo a potenciar a sua capacidade de resposta a munícipes e empresas.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. TÂNIA COMPLETO

A Senhora Vereadora iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos a todos os presentes.

Começou por deixar uma palavra de reconhecimento ao executivo pela decisão de manter as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2026, uma medida que, no seu entender, garante estabilidade fiscal aos munícipes. Destacou a continuidade do IMI familiar, que considerou um apoio concreto e importante para as famílias com dependentes, e a manutenção da restituição de parte do IMI aos bombeiros voluntários, uma medida que classificou como justa e simbólica no reconhecimento do seu serviço à comunidade.

De seguida, e a propósito das recentes adversidades atmosféricas, salientou a forma responsável e coordenada como o Município geriu a situação. Enalteceu o trabalho desenvolvido no terreno por todos os agentes de proteção civil, serviços municipais e Juntas de Freguesia, que permitiu uma rápida reposição da normalidade. Destacou ainda a comunicação clara e eficaz junto da população, que permitiu informar sem criar alarmismos, e o facto de se ter garantido o normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino, evitando constrangimentos para as famílias.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. ALEXANDRA MOURA

A Senhora Vereadora iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos a todos os presentes.



CÂMARA MUNICIPAL

Manifestou a sua solidariedade para com todos os afetados pela tempestade “Cristine”, com uma menção especial para com os habitantes de Leiria. Endereçou um agradecimento a todas as entidades envolvidas na prevenção e segurança, nomeadamente à Proteção Civil, aos Bombeiros e ao Município, reconhecendo que o trabalho de alerta e prontidão foi fundamental para a salvaguarda de pessoas e bens. Valorizou ainda a participação dos corpos de bombeiros do concelho no reforço das equipas em Coimbra.

Alertou para a grave situação de constrangimento de trânsito que se verifica diariamente junto à Escola Básica de Tábua, nos horários de entrada e saída, causada pelo estacionamento indevido de viaturas, que obstrui a via e diminui a visibilidade na passadeira, colocando em risco a segurança dos alunos. Solicitou uma intervenção célere por parte do Município para resolver esta situação recorrente.

Endereçou um agradecimento público ao Município pelo apoio concedido ao Agrupamento de Escolas de Tábua, através da disponibilização do transporte para uma visita de estudo ao estrangeiro, apoio que permitiu a participação de alunos com menores recursos económicos. Salientou a importância destas atividades para o crescimento e educação dos jovens.

A terminar, solicitou que fosse dada atenção ao caudal da ribeira em Tábua, que se encontrava no limite de transbordar, questionando sobre a possibilidade de se proceder a um aprofundamento do seu leito para mitigar o risco. Aproveitou a ocasião para agradecer a prontidão dos serviços municipais na resolução de um problema ocorrido na Rua das Moitas, relacionado com a mesma situação.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. PAULO ELISEU

O Senhor Vereador iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos aos restantes membros do Executivo, aos técnicos municipais e aos munícipes que acompanhavam a transmissão pelos canais digitais. Por se tratar da primeira reunião do ano em que participava, endereçou votos de um excelente ano de 2026 a todos os Tabuenses e ao Executivo Municipal.

No âmbito do desenvolvimento estratégico, expressou o desejo de que o atual mandato impulse projetos de desenvolvimento económico e social que beneficiem a comunidade, com particular enfoque no setor turístico e na valorização do património do Concelho. Nesse



CÂMARA MUNICIPAL

sentido, e pautando-se por uma postura colaborativa e construtiva, propôs à Câmara Municipal a constituição de um grupo de trabalho, sem encargos para o erário municipal, destinado à apresentação e análise de viabilidade de ideias e projetos por parte da Coligação que representa, deixando a sugestão à ponderação do Senhor Presidente e do Vereador com o respetivo pelouro.

Prosseguiu com uma palavra de reconhecimento e agradecimento aos agentes de Proteção Civil do Concelho, destacando a capacidade organizativa e a prontidão dos serviços municipais e das corporações de Bombeiros Voluntários de Tábua e de Vila Nova de Oliveirinha, que prestaram um apoio relevante ao Município de Coimbra durante a intempérie ocorrida na noite de 27 para 28 de janeiro.

A terminar, numa nota de reflexão sobre o panorama internacional, manifestou o desejo de que o ano de 2026 traga a resolução dos conflitos globais, nomeadamente na Ucrânia e na Palestina, apelando à sabedoria dos líderes mundiais e ao estrito cumprimento do direito internacional como garantia de um futuro seguro para as próximas gerações.

A encerrar o Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu as intervenções de todos os Vereadores e, em resposta às questões levantadas, prestou os seguintes esclarecimentos:

Relativamente à situação meteorológica, reiterou o apelo à precaução e vigilância por parte da população, face ao elevado volume de água que corre nas linhas de água, nomeadamente nos rios Alva e Cavalos. Informou que a situação é crítica em vários pontos, reportando danos graves na Praia Fluvial da Ronqueira — onde a água atingiu o Centro de Formação de Desportos Náuticos — e no espaço de lazer de Vale de Gaios, que se encontra alagado. No que concerne à Ribeira de Tábua, esclareceu que a mesma foi alvo de limpeza e desassoreamento em junho último, atribuindo o seu transbordo à excecionalidade da precipitação ocorrida e não a falta de manutenção. Enalteceu, uma vez mais, o trabalho incansável e coordenado das equipas da autarquia, das Juntas de Freguesia e de agentes privados que se mantêm no terreno para minimizar os impactos da intempérie, manifestando ainda a total solidariedade do Município para com os territórios vizinhos mais fustigados, como Leiria e Figueira da Foz.



CÂMARA MUNICIPAL

No que respeita aos constrangimentos de trânsito junto à Escola Básica de Tábua, o Senhor Presidente informou que, no âmbito do projeto "Bairros Digitais", já se encontra instalada tecnologia de monitorização de fluxos pedonais e de veículos naquela zona. Salientou que a recolha destes dados concretos é fundamental para sustentar decisões futuras e eventuais modificações na circulação durante os períodos escolares. Sobre esta matéria, a Senhora Vereadora, Dra. Susana Mendes, interveio para reforçar que têm sido realizadas ações de sensibilização em articulação com a GNR, apelando diretamente aos encarregados de educação para que a largada dos alunos seja efetuada com maior celeridade, evitando comportamentos que bloqueiam a via e comprometem a segurança e a fluidez do tráfego. Quanto à estratégia turística e de valorização do património, o Senhor Presidente sublinhou o forte investimento que tem sido feito na rede de percursos pedestres, na sinalização e na promoção digital através do portal "Tábua Encanta as Beiras". Destacou o trabalho de parceria regional, exemplificado pela Rota do Portugal Romano, e a importância da Carta Arqueológica do Concelho para a recuperação de ativos como a Via Romana da Pedra da Sé e a Ponte de Sumes. Enumerou como metas prioritárias para o mandato a conclusão do Museu Sarah Beirão, a criação do Welcome Center e da Incubadora do Queijo, bem como a candidatura para o Centro de Interpretação Interativo de João Brandão, que recorrerá a tecnologias inovadoras para potenciar o turismo literário e histórico no Concelho.

Não havendo mais nada a tratar neste período, deu-se início ao Período da Ordem do Dia.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA PÚBLICA N.º 01/26, DE 15 DE JANEIRO DE 2026

O Senhor Presidente da Câmara Municipal submeteu à apreciação a ata da reunião realizada no dia 15 de janeiro de 2026. Informou que as retificações solicitadas por escrito foram rececionadas pelos serviços em tempo útil e integradas na versão final. Não havendo mais pedidos de esclarecimento ou de retificação, a Câmara deliberou, por



CÂMARA MUNICIPAL

unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a ata da Reunião de Câmara Pública n.º 01/26.

2. SIT FLEXI – TRANSPORTE DE PASSAGEIROS FLEXÍVEL A PEDIDO – BOLETIM ANUAL 2025/CONHECIMENTO

Presente o Boletim Anual referente ao SIT FLEXI no que concerne aos indicadores de desempenho operacional e financeiro do ano de 2025, documento que se dá por reproduzido.

O Senhor Presidente e o Senhor Vereador Eng.º David Pinto detalharam o sucesso do projeto, que garante o transporte a pedido em zonas de baixa densidade, tendo Tábua registado uma elevada procura (5.º município da CIM com maior utilização). Foi sublinhada a importância da chamada gratuita e da flexibilidade do serviço para consultas médicas. A Senhora Vereadora Alexandra Moura sugeriu o reforço da divulgação junto dos idosos através das Juntas de Freguesia, o que foi acolhido pelo Executivo. O SIT FLEXI é um serviço complementar à rede de transportes pública regular, SIT RC – Sistema Intermunicipal de Transportes da Região de Coimbra e pretende aumentar o grau de cobertura do mesmo através de um serviço mais eficiente e flexível. A medida prevê ainda dar um contributo no combate ao isolamento, mas também ser um apoio para as pessoas com maior dificuldade de locomoção.

A Câmara tomou conhecimento.

3. REGRAS DO CERIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TÁBUA

Deliberação n.º 111 – Presente as Regras do Cerimonial do Município de Tábua, que estabelecem a lista de precedências para o Município de Tábua, bem como disciplinar a forma como decorre o Cerimonial no Município de Tábua, documento que se dá por reproduzido.

O Senhor Presidente salientou a necessidade de balizar as práticas protocolares da autarquia. No debate, o Senhor Vereador Dr. Paulo Eliseu propôs alterações aos artigos 4.º, 8.º e 23.º. O Senhor Presidente acolheu a alteração ao Artigo 4.º, n.º 1, para clarificar que os convites são emitidos em função da natureza da cerimónia, e procedeu a uma retificação ortográfica no Artigo 8.º, n.º 2.



CÂMARA MUNICIPAL

Face ao contextualizado no referido documento e após prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar as Regras do Cerimonial do Município de Tábua ao abrigo do disposto no n.º 2, alínea k) do artigo 25.º e do n.º 1, alínea k) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, com a alteração aprovada no Artigo 4.º, n.º 1: "Para todas as cerimónias públicas, sendo emitidos, em função da natureza da cerimónia, convites dirigidos às entidades e personalidades constantes na lista de convidados institucionais do município."

4. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL - CONTRATO DE AVENÇA - EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO / RATIFICAÇÃO

Deliberação n.º 112 – Presente a informação jurídica n.º 04/2026, datada de 16 de janeiro, da Técnica Superior, Alexandra Bento, inerente à instrução do competente parecer prévio vinculativo para a celebração do contrato de prestação de serviços, na modalidade de contrato de avença, mediante o procedimento de ajuste direto, para contratação de Beatriz Cardoso Pinto, no valor de 15.000,00€(quinze mil euros), para o ano de 2026, nos termos da alínea b), n.º 1, do artigo 32.º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, inerente à prestação de serviços na área de serviço social (CPCJ), documento que se dá por reproduzido.

A Senhora Vereadora Alexandra Moura questionou a publicitação antecipada no portal BaseGov, tendo o Senhor Presidente esclarecido tratar-se de uma ratificação por necessidade urgente do serviço.

Face ao contextualizado na referida informação e após prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por maioria, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções, concordar com a ratificação da emissão do parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços em questão, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, e com o cumprimento do n.º 1, do artigo 32.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação bem como ratificar de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, o ato praticado pelo Presidente da



CÂMARA MUNICIPAL

Câmara, em 19 de janeiro de 2026, respeitante à emissão de parecer prévio vinculativo à celebração do Contrato, em questão.

5. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA COLABORAÇÃO COM A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOÃO BRANDÃO – CONTRATO DE AVENÇA - EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO / RATIFICAÇÃO

Deliberação n.º 113 – Presente a informação jurídica n.º 03/2026, da Técnica Superior, Alexandra Bento, inerente à instrução do competente parecer prévio vinculativo para a celebração do contrato de prestação de serviços, na modalidade de contrato de avença, mediante o procedimento de ajuste direto, no valor de 11.400,00€(onze mil e quatrocentos euros), para o ano de 2026, no âmbito da contratação de Ricardo Daniel Fonseca Mota, nos termos da alínea b), n.º 1, do artigo 32.º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, inerente à prestação de serviços na colaboração com a Biblioteca Pública João Brandão, documento que se dá por reproduzido.

O Senhor Vereador Paulo Eliseu questionou se a sucessão de contratos não configuraria uma necessidade permanente, sugerindo outro tipo de vínculo. O Senhor Presidente esclareceu que a contratação segue as necessidades do Mapa de Pessoal e as regras de recrutamento técnico independentes.

Face ao contextualizado na referida informação e após prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por maioria, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções, concordar com a ratificação da emissão do parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços em questão, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º, e com o cumprimento do n.º 1, do artigo 32.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação bem como ratificar de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, o ato praticado pelo Presidente da Câmara, em 19 de janeiro de 2026, respeitante à emissão de parecer prévio vinculativo à celebração do Contrato, em questão.

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2026 – EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO



CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 114 – Presente a informação jurídica n.º 01/2026, datada de 23 de janeiro, da Técnica Superior, Inês Gonçalves, inerente à instrução do competente parecer prévio vinculativo à celebração do contrato de prestação de serviços de responsabilidade técnica pela exploração elétrica de instalações municipais, no montante de 4.800,00€(quatro mil e oitocentos euros) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para o ano de 2026, em regime de avença, nos termos do artigo 32.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugada com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 17.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, documento que se dá por reproduzido.

O Senhor Presidente e a Senhora Vereadora Alexandra Moura discutiram a natureza das funções, tendo ficado clarificado que se trata de uma responsabilidade técnica de engenharia eletrotécnica para supervisão e homologação de instalações de baixa tensão especial.

Face ao contextualizado na referida informação e após prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, a aprovação da emissão do parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços em questão, considerando o cumprimento dos requisitos necessários à sua celebração.

7. AJUSTE DIRETO N.º 18 – S/2026: ELABORAÇÃO DE ESTUDO / INVESTIGAÇÃO E EDIÇÃO DE LIVRO “TÁBUA – A CONSTRUÇÃO DE UM CONCELHO (1975-2024) – VOLUME III” – EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO

Deliberação n.º 115 – Presente a informação jurídica n.º 02/2026, datada de 23 de janeiro, da Técnica Superior, Inês Gonçalves, que se dá por reproduzida, inerente ao Ajuste Direto n.º 18 – S/2026, no montante de 9.996,00€(nove mil novecentos e noventa e seis euros) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que visa o contrato de aquisição de Serviços de Elaboração de Estudo/Investigação e Edição do Livro “Tábua – A construção de um Concelho (1975-2024) – Volume III”, em regime de tarefa, nos termos do artigo 32.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugada com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 17.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, documento que se dá por reproduzido.



CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Presidente sublinhou que este volume encerra um ciclo de 200 anos de história municipal e assinala os 50 anos das eleições democráticas locais. A Senhora Vereadora Alexandra Moura concordou com a continuidade da obra pelo autor Dr. Fernando Pais. Face ao contextualizado na referida informação e após prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, a aprovação da emissão do parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços em questão, considerando o cumprimento dos requisitos necessários à sua celebração.

8. SEGUNDA ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TÁBUA E A ANCOSE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CRIADORES DE OVINOS DA SERRA DA ESTRELA

Deliberação n.º 116 – Presente a segunda adenda ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Tábua e a Associação Nacional Criadores Ovinos da Serra da Estrela, pretendendo alargar o âmbito dos apoios atribuídos aos agricultores que exercem a atividade pecuária, designadamente através da concessão de benefícios às explorações de bovinos localizadas no Concelho, bem como, aos produtores locais que se têm confrontado com elevados prejuízos nos seus rebanhos, com a morte de animais provocada por violentos ataques de animais errantes, sendo fundamental minimizar esta situação, de modo a não os desmotivar da atividade que desenvolvem, documento que se dá por reproduzido. O Senhor Presidente e o Senhor Vereador Eng.º David Pinto destacaram o reforço do apoio para vacinação e indemnizações. O Senhor Vereador Paulo Eliseu apontou gralhas na numeração das cláusulas da versão consolidada, tendo o Senhor Presidente garantido a sua retificação técnica antes da assinatura final.

Face ao contextualizado na referida informação e após prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, a aprovação da segunda adenda ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Tábua e a Associação Nacional Criadores Ovinos da Serra da Estrela, sendo o valor atribuído, de acordo com o anexo I, de 2,20 €(dois euros e vinte cêntimos) por animal de espécie ovino/caprino e de 5,00 €(cinco euros) por cada bovino registados no PISA (Programa Informático de Saúde Animal).



CÂMARA MUNICIPAL

9. REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL – SALA MUNICIPAL DE DESPORTO DE CANDOSA – ARTIGO URBANO N.º 1078 CANDOSA / TÁBUA – ESCRITURA DE JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Deliberação n.º 117 – Presente a Informação Jurídica n.º 07/2026, datada de 26 de janeiro, elaborada pela Técnica Superior, Alexandra Bento, relativa ao Processo Administrativo de regularização de Património Municipal, denominado Sala Municipal de Desporto de Candosa, bem imóvel com o artigo urbano n.º 1078, localizado na Rua Forno do Telheiro em Candosa, para celebração de escritura de Justificação Notarial, documento que se dá por reproduzido parcialmente.

O Senhor Vereador Paulo Eliseu questionou sobre o rigor do levantamento topográfico prévio, tendo a Jurista Alexandra Bento esclarecido que todos os dados foram validados pelo topógrafo e submetidos às Finanças e BUPi.

Neste contexto e de forma a registar o prédio a favor do Município de Tábua, a Câmara Municipal delibera por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar os seguintes atos e formalidades administrativas procedimentais:

- a) Adquirir o prédio urbano inscrito sob o artigo 1078, da freguesia de Candosa, Concelho de Tábua, pelo recurso à justificação notarial nos termos do artigo 33.º n.º 1 alínea g) do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;
- b) Outorgar escritura pública de justificação notarial por usucapião, com vista à inscrição do prédio na Conservatória do Registo Predial, para efeitos do trato sucessivo, na qual intervirá o Presidente da Câmara, em representação do Município de Tábua e na qualidade de justificantes três testemunhas a indicar superiormente;
- c) Revogar a deliberação n.º 9 da reunião de Câmara Ordinária de 8 de maio de 2025, nos termos do artigo 165.º, n.º 1 do CPA;
- d) Cabimentar e solicitar autorização para a realização das despesas inerentes ao processo administrativo;
- e) Uma vez realizada a escritura, esta será publicada por meio de extrato do seu conteúdo, no prazo de cinco dias a contar da sua celebração, num dos jornais do Concelho e, em caso de inexistência, num dos jornais mais lidos da região;
- f) Proceder ao registo predial do prédio a favor do Município de Tábua, para que seja integrado no domínio privado municipal.



CÂMARA MUNICIPAL

10. REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL – SALA MUNICIPAL DE DESPORTO DE MIDÕES – ARTIGO URBANO N.º 2386 MIDÕES / TÁBUA – ESCRITURA DE JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Deliberação n.º 118 – Presente a Informação Jurídica n.º 06/2026, datada de 26 de janeiro, elaborada pela Técnica Superior, Alexandra Bento, relativa ao Processo Administrativo de regularização de Património Municipal, denominado Sala Municipal de Desporto de Midões, bem imóvel com artigo urbano n.º 2386, localizado no Largo do Outeiro, São Miguel, em Midões, para celebração de escritura de Justificação Notarial, documento que se dá por reproduzido parcialmente.

O Senhor Presidente da Câmara reforçou a urgência deste processo, dada a intenção do Município em submeter uma candidatura para eficiência energética deste equipamento, que serve diretamente a Escola Básica de Midões. Reiterou as garantias dadas pela Jurista do Município, no ponto anterior, quanto ao rigor do levantamento topográfico e à inexistência de registos contraditórios na Conservatória.

Neste contexto e de forma a registar o prédio a favor do Município de Tábua, a Câmara Municipal delibera por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar os seguintes atos e formalidades administrativas procedimentais:

- a) Adquirir o prédio urbano inscrito sob o artigo 2386, da freguesia de Midões, Concelho de Tábua, pelo recurso à justificação notarial nos termos do artigo 33.º n.º 1 alínea g) do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;
- b) Outorgar escritura pública de justificação notarial por usucapião, com vista à inscrição do prédio na Conservatória do Registo Predial, para efeitos do trato sucessivo, na qual intervirá o Presidente da Câmara, em representação do Município de Tábua e na qualidade de justificantes três testemunhas a indicar superiormente;
- c) Revogar a deliberação n.º 8 da reunião de Câmara Ordinária de 8 de maio de 2025, nos termos do artigo 165.º, n.º 1 do CPA;
- d) Cabimentar e solicitar autorização para a realização das despesas inerentes ao processo administrativo;
- e) Uma vez realizada a escritura, esta será publicada por meio de extrato do seu conteúdo, no prazo de cinco dias a contar da sua celebração, num dos jornais do Concelho e, em caso de inexistência, num dos jornais mais lidos da região;
- f) Proceder ao registo predial do prédio a favor do Município de Tábua, para que seja integrado no domínio privado municipal.



CÂMARA MUNICIPAL

11. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA / RETIFICAÇÃO

Deliberação n.º 119 – O Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu o ponto 11, explicando tratar-se de uma retificação à delegação de competências aprovada no início do mandato, solicitando a intervenção técnica da Jurista do Município para os devidos esclarecimentos.

No uso da palavra, a Dra. Alexandra Bento esclareceu que, no âmbito da operacionalização das competências e com vista à sua publicação em Diário da República, foram detetados pequenos lapsos que careciam de correção à luz do Código de Procedimento Administrativo (CPA). Mais informou que a proposta inclui um aditamento e uma clarificação relativos ao transporte em táxis, uma vez que a legislação anterior estava desatualizada, tendo sido publicado um novo diploma em 2023 que substitui o regime anteriormente transcrito. Adiantou ainda que foram efetuadas clarificações adicionais no domínio dos licenciamentos diversos.

Não havendo pedidos de esclarecimento por parte dos Senhores Vereadores, foi presente a informação jurídica, da Técnica Superior, Alexandra Bento, no âmbito da Delegação de Competências da Câmara Municipal no Senhor Presidente da Câmara, apresentada sob a Proposta n.º 2/P/2025, na Reunião de Câmara de 30 de outubro de 2025 e que se propõe a retificação dos pontos 3, 14, e 31 e na parte II, do ponto 13 da referida proposta, documento que se dá por reproduzido.

Prestados os esclarecimentos necessários sobre o assunto e colocado o documento à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a versão corrigida da proposta inicial e respetivo aditamento, nos termos do artigo 174.º do Código de Procedimento Administrativo, na redação em vigor.

DOSUA - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

12. CONCURSOS E CONSULTAS

Deliberação n.º 120 – O Senhor Presidente da Câmara introduziu o ponto, cedendo a palavra ao Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, Eng.º José Lima, para a apresentação do procedimento. No uso da palavra, o Eng.º José Lima informou tratar-se do



CÂMARA MUNICIPAL

Concurso Público n.º 111-E/2025, destinado à criação do Centro Interpretativo do Mundo Rural. Explicou que, após a análise das propostas pelo júri do procedimento, o relatório final, datado de 23 de janeiro, propõe a adjudicação à empresa que apresentou a proposta mais favorável. O Senhor Presidente sublinhou a extrema importância deste projeto para o desenvolvimento do Concelho, informando que o mesmo é alvo de uma candidatura com uma taxa de financiamento de 85%.

Posto o assunto à consideração da Câmara e atendendo ao Relatório Final do Júri do Procedimento, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o seguinte:

Adjudicar a empreitada à empresa Manuel da Silva & Filho, Lda., pela quantia de 400.724,21€ (quatrocentos mil setecentos e vinte e quatro euros e vinte e um cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Aprovar a minuta do contrato para celebração do mesmo, para efeitos do disposto no artigo 98.º do CCP.

Deliberação n.º 121 – O Senhor Presidente da Câmara deu nota de que este ponto se refere à aquisição de equipamento de projeção digital de cinema, vídeo e imagem para o Centro Cultural de Tábua, salientando que este investimento beneficia de um financiamento a 100%. O Eng.º José Lima explicou tratar-se de um processo de consulta prévia simplificada, no qual foi analisada a proposta apresentada, propondo-se a sua adjudicação conforme a informação técnica dos serviços.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao teor da informação técnica de análise das propostas, datada de 15 de janeiro, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o seguinte:

Adjudicar a aquisição de bens à empresa NAN Audiovisuais – Representação e Distribuição de Equipamentos Audiovisuais, Lda., pela quantia de 149.999,00€ (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no número 1 do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Aprovar a minuta do contrato para celebração do mesmo, para efeitos do disposto no artigo 98.º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, tendo sido aprovada a minuta da ata por unanimidade.

E eu, Sofia Isabel Macedo Andrade, Técnica Superior, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,
